

A economia da borracha em crise

Mary Helena Allegretti *



Se depender do governo, os malásianos, que acabaram de chegar para explorar a madeira da Amazônia, vão encontrar um parceiro à altura. Os seringueiros estão decepcionados com as modificações que o governo vem fazendo na política da borracha e dizem que vão ser obrigados a entrar no ramo para sobreviver. A promessa do presidente Fernando Henrique, de que o custo ambiental da floresta seria assimilado pelo governo, parece não ter sido bem captada pela sua assessoria.

Mudanças profundas vêm ocorrendo na economia da borracha. Em 1991, a produção de borracha nativa e de cultivo, no Brasil, estava empatada em 13 mil toneladas. Levou cem anos para isso acontecer. Em 1995 os seringueiros produziram a quantidade mais baixa já registrada na Amazônia, 3 mil toneladas. Em 1996, chegaram a 5 mil toneladas, pouco mais de 10% da cultivada, que ficou em 46 mil toneladas. Enquanto isso, o consumo cresceu regularmente, de 115 mil toneladas para 130 mil toneladas.

A legislação vigente (leis nº 5.225, de 1967, e nº 5.459, de 1968) protege a borracha vegetal através dos seguintes mecanismos: equipara os preços da importada à nacional através de uma taxa, a TORMB (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha) e estabelece cotas de importação assegurando o

escoamento da produção. O consumidor da matéria-prima paga a diferença entre o preço nacional e o internacional. É essa política que viabiliza a permanência dos seringueiros na floresta e inibe o desmatamento de largas extensões da Amazônia.

Essa legislação não vem sendo cumprida nos últimos anos. Um estoque de 10 mil toneladas da safra do ano passado não está sendo comercializado. Os seringueiros vêm deixando a floresta; os usineiros não compram porque não têm para quem vender e muitas usinas já fecharam as portas; os pequenos produtores de borracha, do Centro-Sul, estão preocupados e os cultivadores andam irritados com a falta de política para o setor.

Só estão satisfeitos os maiores fabricantes de pneus, Pirelli, Firestone e Goodyear. Têm estoques e sentem-se ameaçados pela importação de pneus mais baratos. Afirmam que a solução da crise está no projeto de lei nº 3.100/97, que revoga a legislação vigente, e que o mercado será reativado porque a matéria-prima ficará mais barata. Aprovado pela Câmara, o projeto de lei está em análise no Senado.

O projeto de lei do governo é de uma simplificação assustadora. Não reconhece a existência de dois siste-

mas de produção, um agrícola e outro nativo, com funções diferentes, uma de abastecimento do mercado, outra de proteção ambiental. Assume que o Brasil deve continuar produzindo borracha e que precisa de subvenção. Mas desregulamenta uma atividade complexa e estratégica, sem estabelecer uma nova política para o setor. Parece não perceber que essa visão simplista corresponde à opinião de apenas um segmento e que o quadro econômico geral mudou muito na última década, depois que a biotecnologia valorizou as florestas tropicais e que plantar borracha pode ser uma opção para reflorestamento e reforma agrária.

Os fatos que a proposta governamental deixa de considerar:

Primeiro, a Amazônia é detentora do único banco, no mundo, de germoplasma da seringueira ("Hevea brasiliensis"), cuja importância estratégica deriva da necessidade de renovação genética periódica dos cultivos, valorizando a biodiversidade.

Segundo, os preços da borracha

importada do Sudeste Asiático não são menores do que os nossos por razões puramente econômicas. São subsidiados, para que se tornem competitivos diante dos produtos sintéticos.

Terceiro, a distorção está no consumo final, controlado por poucas empresas, que importam matéria-prima de seus próprios seringais, obtêm lucros extraordinários no Brasil e interferem no mercado.

Quarto, ninguém duvida que proteger a biodiversidade com as populações que vivem na floresta é mais barato: a subvenção para a borracha nativa deveria ser de R\$ 1,00 por quilo, o que significa R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões por ano, um valor irrelevante ante os benefícios ambientais.

O que mais impressiona nesse debate, no entanto, é a facilidade com a qual o governo se convence de que não existem soluções melhores do que as que apresenta. Quem assegura que a extinção da TORMB vai diminuir o preço do pneu para o consumi-

dor? Por que se exige livre mercado somente para a matéria-prima e não para o produto final? Inserir o País na economia global, a qualquer custo, pode levar a soluções precipitadas.

Acabar com a TORMB deveria ser uma decisão negociada: as indústrias compram os estoques existentes, reativam o mercado e, progressivamente, ficam desobrigadas do pagamento da taxa. Ou então, a exemplo de países que protegem produtos estratégicos, seriam incentivadas a continuar comprando a borracha nativa, em troca de um selo para valorizar sua imagem ambiental.

Apesar de mais eficiente e econômica, a proposta do Conselho Nacional dos Seringueiros até agora não foi considerada, porque o governo se recusa a entender que nem toda política de preços funciona para produtos ambientais. Existe uma borracha que protege a floresta e outra que abastece o mercado. Para essa última, a subvenção assegura a competitividade internacional. Para a primeira, o preço deve ser parte de uma regulamentação que interfira no mercado e viabilize o escoamento; e de uma política que incentive o uso sustentável da biodiversidade e remunere os serviços ambientais prestados pelas populações.

A conta é simples. Para continuar assegurando a produção nativa e liberar a indústria desse encargo, o governo deve ir além do preço. Precisa criar um fundo com o valor da subvenção, implantar um programa de modernização tecnológica e administrar em parceria com os interessados. Depois, pode faturar internacionalmente. Essa seria uma forma transparente de dizer que nós (os contribuintes) pagamos um subsídio à borracha nativa porque entendemos que é preciso proteger a floresta.

Mas é aí que surge a dúvida mais pertinente: quem garante que a taxa paga pelas indústrias, ao governo, não foi repassada ao preço final do produto? A resposta a essa pergunta pode levar a uma incômoda conclusão. Caso a diferença no custo da matéria-prima tenha sido repassada para o preço final do produto, quem vem pagando, esses anos todos, o subsídio à borracha nativa e protegendo a Amazônia, sem o saber, é o consumidor brasileiro de pneus. O governo teria a obrigação moral de fazer essa conta antes de realizar mudanças estruturais na política da borracha.

Até porque se somos nós que pagamos, queremos também levar a fama.

* Antropóloga e doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

GM
8/7/97
96

A-3